



Marcello Casal Jr/ABr

DIREITO Interrupção de fornecimento de serviços e cobrança de valores relativos a diferenças de contas anteriores podem ter nova regulação

MAIS PROTEÇÃO PARA O CONSUMIDOR

O consumidor de água, energia elétrica, gás e telefone poderá ter maior oportunidade de quitar seu débito antes da interrupção do serviço, segundo projeto do senador Sérgio Cabral que consta da pauta de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A proposta determina que o aviso de interrupção deverá ser feito por escrito, com prazo mínimo de dez dias de antecedência.

Página 3

Comissão discute hoje a reforma do Orçamento

A comissão mista que analisa a reforma do processo de exame do Orçamento da União pelo Congresso volta a se reunir hoje, a partir das 11h. Entre as alterações, está a que proíbe o Poder Executivo de contingenciar recursos das emendas individuais dos parlamentares para pequenas obras ou serviços, como a construção de um hospital em determinado município. A comissão deve se encontrar com os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados.

Página 3

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Novas regras à espera de acordo

O teto para o número de MPs em tramitação, os critérios de admissibilidade e o possível veto a alterações na legislação tributária por meio desse instrumento são pontos pendentes

O presidente e o relator da comissão encarregada de propor mudanças nas normas de tramitação das medidas provisórias, senador Antonio Carlos Magalhães e deputado Sig-

maringa Seixas, devem discutir esta semana os pontos sobre os quais não há consenso. Já está acertado que a análise da admissibilidade de cada medida será feita pela Comissão de

Constituição e Justiça (CCJ) da Casa por onde começar a tramitação da MP. Deverá ser marcada a data para a apresentação do relatório de Sigmaringa sobre as novas normas.

Página 3

SAÚDE EM DEBATE



Fotos: Roosevelt Pinheiro

COBRANÇA Heloísa lembra que governo anunciou comissão para vedar a propaganda de álcool

Heloísa quer proibir a publicidade de bebida

A senadora Heloísa Helena defende a proibição da publicidade de bebidas alcoólicas. Ela sugere também uma legislação que obrigue o fabricante a imprimir nos rótulos das embalagens advertências sobre os malefícios do álcool para a saúde.



PREOCUPAÇÃO Virgílio afirma que governo demonstra incompetência na administração da saúde

Virgílio condena novas regras para internações em UTIs

O líder do PSDB, Arthur Virgílio, considera "uma imoralidade" a proposta, supostamente do Ministério da Saúde, de limitar o acesso a serviços de unidades de terapia intensiva (UTIs) da rede pública a doentes com chance de recuperação.



QUESTIONAMENTO Eduardo recomenda solução de longo prazo para o setor

Eduardo propõe ampla revisão do Sistema Único de Saúde

Ao lembrar que o país é obrigado a recorrer ao Exército para resolver problemas de saúde, como aconteceu no Rio de Janeiro, o senador Eduardo Siqueira Campos propõe ampla revisão do Sistema Único de Saúde, duas décadas após sua criação.

Página 4



DRAMA Segundo Paim, empresas da região do Vale dos Sinos já dispensaram mais de 5 mil pessoas

Paim alerta para desemprego no setor de calçados

Paulo Paim (PT-RS) solicitou empenho do governo para resolver o drama do desemprego no setor de calçados na região do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul. As dificuldades das empresas, segundo ele, decorrem da política cambial.

– Já temos na região quase 5 mil pessoas desempregadas e isso vem afetando muito a economia de todo o estado – lamentou Paim, informando que o Brasil conta atualmente com 7.300 empresas de calçados, responsáveis, em 2004, por uma produção ao redor de 700 milhões de pares, dos quais 212 milhões exportados.

Para compensar a perda de receita com a defasagem do câmbio, conforme o senador, os empresários estariam reajustando os preços entre 10% e 15%. Mas essa medida também gera dificuldades, por afetar a competitividade externa.

Paim divulgou recente manifesto dos empresários solicitando que o Banco Central volte a comprar dólares no mercado, ação que teria sido interrompida no mês passado.

O senador saudou ainda a ginasta Diane dos Santos pela vitória na etapa brasileira do campeonato mundial.

Agenda

Senadores tentam acordo para destrancar a pauta

Os parlamentares retomam a discussão do projeto de conversão (PLV 2/05), originado da MP 227/04, que regulamenta a produção de biodiesel e define alíquotas de impostos a serem pagos pelos produtores do

combustível. A proposta estabelece ainda benefícios fiscais a certas regiões e prevê incentivos ao uso do biodiesel como alternativa aos combustíveis poluentes. A matéria tranca a pauta da Casa há três semanas.

Parcelamento de dívidas em debate na CAE

Em discussão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne às 10h, projeto que prevê o parcelamento das dívidas de empresas em recuperação judicial com a União, os estados e os municípios. A proposta permite o parcelamento em até sete anos, com prestação mínima de R\$ 50, e deve beneficiar principalmente as pequenas e médias empresas.



CRIME A suspeita é de que prêmios possam estar servindo para lavar dinheiro, afirma Alvaro Dias

Alvaro Dias cobra investigação em sorteios da Caixa

Alvaro Dias (PSDB-PR) voltou a cobrar providências, ontem, em relação a denúncias de fraude em loterias da Caixa Econômica Federal. Segundo o senador, há suspeitas de que prêmios – como a Mega-Sena – estariam sendo fraudados e utilizados para lavagem de dinheiro do narcotráfico e do crime organizado.

O parlamentar já havia denunciado sorteio que premiara vários ganhadores de uma mesma região. A resposta da Caixa, no entanto, de acordo com Alvaro Dias, foi “superficial”, o que o fez apresentar requerimento para que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, determinasse manifestação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sobre o assunto.

Conforme o senador, levantamento do próprio Coaf demonstrou pelo menos 50 casos suspeitos de lavagem, entre eles o de um grupo de 200 pessoas que teria acertado 9.095 vezes nas loterias da Caixa, de março de 1996 a fevereiro de 2002.

– Precisamos dessas informações para verificar quais as providências que podem ser adotadas. Afinal, a população reserva parcela de seu orçamento para participar desses concursos todas as semanas. Disputam prêmios milionários, que, no inconsciente popular, ganham contornos de utopia.

Alvaro Dias denunciou ainda o desvio de verbas da Previdência Social para composição do superávit primário. Para ele, ao contrário do que afirma o governo, a Previdência não é deficitária, fato que, segundo o parlamentar, teria sido comprovado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip).

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) sugeriu a abertura de procedimento investigatório para explicar a denúncia sobre a Previdência.

Especialistas discutem a recriação da Sudene

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) discute a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em audiência pública marcada para as 18h30. Foram convidados o advogado e técnico em desenvolvimento econômico Walfrido Salmito, o ex-ministro do Planejamento Paulo Haddad e o economista Nilson Holanda.



Alfabetização nas empresas

A Comissão de Educação (CE) promove reunião às 11h. Em pauta, o projeto que cria o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa (Pace), com o objetivo de permitir o acesso à educação àqueles

funcionários que não tiveram a oportunidade de frequentar escolas. O colegiado também examina 73 projetos de decreto legislativo que tratam da concessão de serviços de radiodifusão.

Indicações para direção da ANP

As indicações de José Fantine e Victor de Souza Martins para a diretoria da Agência Nacional do Petróleo (ANP) são os itens em discussão da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que se reúne às 14h30. Os dois indicados serão sabatinados pelos integrantes do colegiado. Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) vota requerimentos.



Comissão de Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se hoje, às 15h, para votar a ata da reunião anterior e dois avisos sobre auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em obras públicas. Às 15h30, será realizada a reunião de instalação da Comissão Mista Especial do Judiciário, que deve tratar da legislação infraconstitucional da reforma aprovada no ano passado.

Agenda do presidente

O presidente do Senado, Renan Calheiros, conversa às 11h com o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, acompanhado dos procuradores-gerais do DF, do Ministério Público e do Trabalho. Às 12h, Renan tem audiência com o secretário de governo do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho; e, às 20h, participa de jantar oferecido pelo embaixador dos Estados Unidos, John Danilovich.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

J. Freitas



PROTEÇÃO Projeto de Sérgio Cabral que visa fortalecer os direitos do consumidor está na pauta da reunião de amanhã da Comissão de Justiça

Proposta impede suspensão de serviço sem prévio aviso

A interrupção de fornecimento de bens ou prestação de serviços por empresas concessionárias e permissionárias poderão obedecer a novas regras, como a exigência de prazo mínimo para a notificação do consumidor, conforme prevê substitutivo a projeto de lei do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que deverá ser votado amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sérgio Cabral argumenta que os usuários de bens e serviços necessitam de maior proteção legal. "O consumidor de energia elétrica, de gás, de telefone, e de outros serviços como esses não pode ficar deles privado, por inadimplência ou qualquer outro motivo, sem que lhe sejam dadas todas as oportunidades para quitar ou parcelar seus débitos", justificou.

De acordo com o substitutivo, apresentado por Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), quando houver atraso de pagamento por parte do usuário, esse deverá receber aviso prévio da interrupção do serviço, por escrito, e com prazo mínimo de dez dias de antecedência.

O substitutivo prevê que a cobrança de eventuais diferenças seja feita por meio de contas em separado. O consumidor terá assegurado o direito de ser informado sobre a origem e o motivo de tais diferenças, e ainda o de defesa prévia.

A presidente do Procon do Distrito Federal, Maria Dagmar Freitas, explica que "hoje, há apenas a proibição da interrupção, mas sem prazo fixado, o que leva muitas empresas a avisarem nas últimas 24 horas ou a não alertarem, interrompendo de imediato o serviço".

Maciel sugere normas para o Livro dos Heróis

O senador Marco Maciel (PFL-PE) apresentou projeto de lei dispondo sobre a regulamentação do *Livro dos heróis da pátria*, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. No livro, que tem páginas de aço, são inscritos os nomes de brasileiros considerados pelo Congresso Nacional como heróis do país.

O projeto (PLS 99/05) determina um prazo de 50 anos após a morte de uma personalidade, mesmo que a data seja apenas presumida, para que o nome de uma pessoa possa ser inscrito na obra. No entanto, os brasileiros mortos em combate podem ser homenageados sem o transcurso desse prazo, prevê a proposta.

José Cruz



DISCIPLINA Objetivo de Maciel é dar respaldo legal ao livro destinado a homenagear grandes figuras do país

O objetivo de Maciel é dar respaldo legal ao livro, onde estão inscritos os nomes de Tamandaré, Duque de Caxias, Plácido de Castro, Chico Mendes, Tiradentes, Deodoro da Fonseca, Dom Pedro I e Zumbi dos Palmares.

Existem diversos projetos em tramitação incluindo os nomes de Santos Dumont, Padre Anchieta, José Bonifácio de Andrada e Silva, Villa-Lobos, Sérgio Vieira de Melo e Frei Caneca, entre outros.

Comissão pode fixar regras rígidas para edição de MPs

■ Em discussão, regras de admissibilidade, teto para medidas em tramitação e veto a mudança tributária

As regras de admissibilidade, o teto para o número de medidas provisórias (MPs) em tramitação e o possível veto a alterações na legislação tributária por meio do instrumento são os principais pontos pendentes da negociação sobre as mudanças na tramitação dessas proposições.

As questões deverão ser discutidas, esta semana, em reunião do presidente da comissão especial encarregada de estudar as alterações, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), com o relator, deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF).

Durante o encontro, será marcada a data para a apresentação, por Sigmaringa, do relatório sobre a modificação das regras para a edição das MPs. O parecer, que vem sendo elaborado desde dezembro, quando foi criada a comissão, deverá conter sugestões de mudanças na Constituição e no Regimento Comum do Congresso Nacional.

Já existe consenso de que a

Roosevelt Pinheiro



RIGOR Para Antonio Carlos, MP só deve vigorar após o parecer sobre relevância e urgência

análise da admissibilidade de cada medida provisória seja feita pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa em que começar o exame da MP – a tramitação se iniciaria de forma alternada pelas duas Casas do Congresso. A CCJ disporia de dez dias na Câmara, ou de sete no Senado, para se pronunciar sobre o assunto.

Relevância e urgência

O presidente da comissão especial sugere, no entanto, cautela adicional. Ele acredita que a medida provisória não entre em vigor até que a CCJ da Casa, por onde começar a tramitação, se pronuncie a respeito dos critérios de urgência e relevância. Ou seja, o mérito da medida nem chegaria a ser ana-

lisado se a CCJ entender que não é urgente ou relevante.

Antonio Carlos pretende ainda limitar a cinco o número de medidas provisórias tramitando, ao mesmo tempo, no Congresso. Além disso, propõe que as MPs não podem ser utilizadas para alteração de leis tributárias. Ainda não há consenso sobre as três sugestões.

Já existe entendimento quanto à mudança nos prazos de tramitação. Atualmente, a MP tem validade de 60 dias, podendo ser prorrogada uma vez por igual período. De acordo com o texto já elaborado por Sigmaringa, haveria prazo corrido de 60 dias para a votação na Câmara, 45 para a votação pelo Senado e 15 para a análise da matéria pela Casa revisora. O trancamento da pauta ocorreria na Câmara após 40 dias de tramitação e, no Senado, depois de 30 dias.

Também há consenso a respeito da divisão, em duas partes, da tramitação em cada Casa. Inicialmente, seria discutida a admissibilidade das medidas na Comissão de Justiça da Casa em que começar a tramitação. Em seguida, a medida provisória seria encaminhada à comissão permanente que tenha afinidade com o tema por ela tratado.

Maior transparência no processo orçamentário

A comissão mista temporária que analisa a reforma do processo orçamentário volta a se reunir hoje, às 11h, para examinar documento elaborado pelas assessorias de Orçamento do Senado Federal e da Câmara dos Deputados sobre a lei de diretrizes orçamentária (LDO) para 2006.

Nas mudanças propostas, está a que proíbe o bloqueio, por parte do Executivo, dos recursos das chamadas emendas individuais, apresentadas por parlamentares, para a realização de pequenas obras ou serviços, como a construção de hospital em determinado município.

Após a reunião, o presidente do colegiado senador Fernando Bezerra (PTB-RN), acompanhado do relator, deputado Ricardo Barros (PP-PR), se encontra com os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Severino Cavalcanti, para deba-

Célio Azevedo



MUDANÇAS Fernando Bezerra entregará minuta aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados

ter o andamento dos trabalhos da comissão. Está prevista a apresentação de minuta contendo as principais modificações já sugeridas para dar maior transparência e celeridade ao processo orçamentário.

Entre as alterações, destacam-se o aumento de 20 para 30 das emendas individuais; redução de 84 para 56 do número de membros da Comissão Mista de Orçamento (CMO);

e a criação de novos comitês, como o que trata da fiscalização e controle da execução orçamentária.

Também merecem destaques a proposta que prevê maior participação das comissões permanentes das duas Casas do Congresso Nacional na discussão do Orçamento e a extinção das emendas regionais. A comissão tem prazo até o próximo dia 28 deste mês para entregar relatório contendo as alterações no processo orçamentário.

Auditoria

Às 15h, a Comissão Mista de Orçamento se reúne para examinar relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU), entre os quais o que trata de auditoria realizada nas obras rodoviárias do corredor Araguaia-Tocantins, trecho Padre Bernardo-Uruaçu e São Miguel do Araguaia-Luiz Alves, no estado do Tocantins.



CONFLITOS Garibaldi propõe esforço para solucionar pontos de atrito do Congresso com o governo

Garibaldi sugere pacto no Orçamento

Um “pacto de responsabilidade” entre o Congresso e o Executivo, em busca de novas formas de elaboração e execução do Orçamento da União, foi sugerido ontem pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Hoje, ponderou, o governo acusa os parlamentares de “irresponsabilidade” por incharem o projeto orçamentário com emendas. O Executivo, por sua vez, é criticado pelo Congresso por não cumprir o Orçamento aprovado pelos parlamentares.

Relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2005, Garibaldi disse que sentiu na pele os anseios dos dois lados. O Congresso, com a intenção de conseguir dinheiro para as emendas parlamentares, acaba refazendo para cima a previsão de receitas. O Executivo sente-se amarrado com o crescimento das despesas e acaba promovendo cortes.

Garibaldi Alves observou que duas comissões mistas – a que estuda mudanças na tramitação do Orçamento e a que analisa alterações na edição de medidas provisórias – podem encontrar soluções para esses dois problemas, que considera críticos nas relações entre o Congresso Nacional e o governo.



EXECUÇÃO Eduardo Siqueira Campos observa que o SUS foi bem concebido, mas não funciona

Heloísa defende proibição da publicidade de álcool

■ Senadora quer obrigar fabricante a imprimir nos rótulos de bebidas advertência sobre os malefícios para a saúde

A proibição da publicidade de bebidas alcoólicas foi defendida ontem pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), que também sustentou a necessidade de obrigar os fabricantes a imprimirem nos rótulos das embalagens informações sobre os malefícios do álcool para a saúde. Heloísa lembrou que em abril de 2003, quando tramitou no Congresso medida provisória flexibilizando a publicidade de cigarro durante a realização do Grande Prêmio de Fórmula 1 do Brasil, o governo federal prometeu apresentar, em 90 dias, proposta para vetar a publicidade das bebidas.

Segundo a senadora, o Execu-



MEMÓRIA Heloísa lembra promessa não cumprida do governo: restrição à publicidade de bebida alcoólica

tivo chegou a anunciar a criação de comissão interministerial, presidida pelo ministro da Saúde, Humberto Costa, com representantes de 11 ministérios e da Advocacia Geral da União.

O anúncio da criação da comissão, registrou Heloísa Helena, foi feito pelo senador Tião Viana (PT-AC) e pelo líder do governo no Senado, Aloizio

Mercadante (PT-SP). Para ela, o objetivo foi convencer os parlamentares a rejeitarem destaque apresentado pela própria senadora alagoana, que pretendia incluir a proibição da publicidade de bebidas alcoólicas no projeto de lei de conversão da medida provisória que permitiu a propaganda de cigarros na Fórmula 1.

Em aparte, Tião Viana confirmou que foi um dos senadores que anunciaram a criação do grupo interministerial mencionado por Heloísa Helena. Ele reconheceu que o governo falhou ao não apresentar o resultado do estudo prometido. Tião Viana defendeu a aprovação pelo Congresso da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco – um tratado internacional, proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que visa proteger a população mundial dos efeitos do tabaco.

Virgílio protesta contra regras para internações

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), protestou contra decisão do Ministério da Saúde de fixar novas regras para ingresso e permanência de pacientes nas unidades de terapia intensiva (UTIs) da rede pública. Com base em reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, o parlamentar disse que o governo quer limitar o acesso ao serviço apenas a doentes com chances de recuperação.

Ainda citando a *Folha*, Arthur Virgílio comentou a intenção do governo de estabelecer “indicadores de prognóstico”, que se norteariam por evidências científicas e serviriam de pa-

râmetro tanto para internação quanto para alta do paciente. Na sua opinião, a medida proposta constitui “imoralidade” e evidencia a “incompetência administrativa do governo Lula”, que estaria recorrendo à alternativa para driblar a falta de leitos nas UTIs.

A preocupação foi endossada pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL). Segundo ela, a família do paciente tem o direito de reivindicar, e o médico, a obrigação de disponibilizar leito de UTI na rede pública.

Já o senador Tião Viana (PT-AC) considerou ter havido um ruído de comunicação entre



LIMITE Virgílio afirma que governo pretende limitar UTIs a pacientes com chances de recuperação

a assessoria do Ministério da Saúde e a reportagem da *Folha*. No entendimento do petista, a intenção do governo federal é definir critérios para internação em UTI dos pacientes realmente em estado grave, e não somente para aqueles com possibilidade de cura.



EXPECTATIVA Papaléo acredita que emissão de gases poluentes possa ser reduzida

Papaléo saúda Protocolo de Kyoto

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) ressaltou, ontem, a vigência do Protocolo de Kyoto, compromisso firmado no sentido de reduzir a emissão de gases poluentes. O tratado, que entrou em vigor no último dia 16 de fevereiro, foi assinado em 1997, na cidade japonesa de Kyoto, e ratificado em 2001 por 46 países.

Papaléo explicou que o protocolo visa implementar as metas definidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), na Convenção sobre Mudanças Climáticas. O objetivo do protocolo é reduzir em 5%, até 2012, as emissões de gases causadores do efeito estufa, tomando como base o ano de 1990. O efeito estufa é um fenômeno que ocorre na atmosfera e provoca o aquecimento da temperatura média global.

O parlamentar ponderou que as metas que pesam sobre os países signatários do protocolo são diferenciadas. Os países em desenvolvimento podem reduzir menos a emissão de gases, comparativamente às nações industrializadas, devido ao fato de os principais poluidores serem os países do Primeiro Mundo. Além disso, a indústria de países como o Brasil poderia ser prejudicada, se tivesse que cumprir as mesmas metas impostas à Alemanha, por exemplo.

Eduardo cobra revisão ampla do Sistema Único de Saúde

A eficácia do Sistema Único de Saúde (SUS), 20 anos após sua criação, foi questionada pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO). Ele lembrou que o país é obrigado a recorrer ao Exército para resolver problemas de saúde, como ocorreu em Santa Catarina, com o surto da doença

de Chagas, e no Rio de Janeiro, com a instalação de hospitais de campanha. Para o senador, o sistema foi bem concebido, mas não funciona.

O parlamentar citou artigo do médico Dioclécio Campos Júnior, sob o título “O SUS na Lona”, publicado ontem no *Correio Braziliense*. O artigo,

cuja transcrição nos Anais do Senado foi solicitada por Eduardo Siqueira Campos, diz que o SUS não se afirmou na dimensão que lhe cabe constitucionalmente.

Entre as sugestões do senador, está a revisão completa do sistema. Eduardo Siqueira Campos acolheu também proposta da

senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), em aparte, para que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) instaure procedimento fiscalizatório sobre a receita da Seguridade Social e a aplicação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) na saúde.